

Sakurai, Célia. **Imigração japonesa para o Brasil. Um exemplo de imigração tutelada- 1908-1941.** *En: XXII Encontro Nacional da ANPOCS. GT 9 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. Outubro 1998 Caxambu-MG*

Red de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales de América Latina y el Caribe de la Red CLACSO
<http://www.clacso.org.ar/biblioteca>
biblioteca@clacso.edu.ar

XXII Encontro Nacional da ANPOCS

GT 9 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

27 a 31 de outubro 1998 Caxambu-MG

IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA O BRASIL UM EXEMPLO DE IMIGRAÇÃO TUTELADA 1908-1941

CÉLIA SAKURAI

IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA O BRASIL. UM EXEMPLO DE IMIGRAÇÃO TUTELADA-1908-1941.

Célia Sakurai *

I. INTRODUÇÃO

A imigração japonesa para o Brasil se inicia em 1908 quando os primeiros 781 imigrantes chegam ao porto de Santos. Daquele ano em diante, 234.000 imigrantes se fixam em todas as partes do país, mas sobretudo nos estados de São Paulo e Paraná. No início da década de 1990 somavam, com seus descendentes, cerca de 1.200.000 de pessoas.

Ao longo desses 90 anos, os imigrantes japoneses sempre tiveram a sua identidade marcada por suas diferenças com a sociedade brasileira. O parâmetro para marcar essas diferenças são aqueles que se referem às distâncias geográfica e cultural entre o grupo e a sociedade receptora. São diferentes, estranhos para os brasileiros.

Nos primeiros anos de seu processo de fixação no país, os japoneses convivem com a perplexidade, enfrentam desconfianças, críticas e elogios. Na atualidade, quando a terceira geração está em idade adulta, o estranhamento às diferenças estão esmaecidas, sobretudo pela convivência sem grandes atritos na sociedade em que vivem.

No entanto, o período entre 1908 até a II Guerra Mundial tem um peso singular na construção da identidade dos imigrantes japoneses no Brasil. É quando afloram indagações sobre como imigrantes, com uma bagagem cultural e histórica tão diferente, poderiam vir a fazer parte da sociedade brasileira. Sua aceitação no Brasil portanto, é o

* Pesquisadora do IDESP- Instituto de Estudos Econômicos Sociais e Políticos de São Paulo e do CEMI- Centro de Estudos Migratórios Internacionais-/UNICAMP.

ponto mais crucial. Por isso, são empreendidos esforços coletivos para que fosse rápida e eficiente. Ela se concretiza primordialmente através da sua identificação com o nicho econômico da agricultura. Com isso, o problema das diferenças culturais se esmaece diante do sucesso na atividade econômica: a presença desses imigrantes se justifica por sua contribuição ao desenvolvimento da agricultura em São Paulo.

É neste ponto que uma análise da imigração japonesa no Brasil, vista como uma *imigração tutelada*, contribui para a compreensão de uma primeira etapa do processo de superação das desconfianças e do estranhamento inicial. É tutelada, porque é amparada desde o início, por meio de orientações, ajuda e gerência dos representantes do governo japonês. A imigração japonesa se diferencia das outras que escolhem o Brasil, por se estruturar sobre uma cadeia de relações montada a partir do topo da estrutura estatal japonesa até chegar aos imigrantes no Brasil. O governo japonês, através de seus diferentes ramos e agentes, participa explicitamente do processo de fixação desses imigrantes, para que ele ocorresse com sucesso.

A imigração japonesa para o Brasil é uma imigração dirigida, subsidiada e estimulada por ambas as pontas da corrente: o Japão e o Brasil. Cada país tem os seus interesses próprios, que se coadunam com o momento histórico em que se desenrola. Para a compreensão desse quadro, é necessário retornar ao final do século XIX, onde estão presentes as raízes do processo.

II- A IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA O BRASIL. ANTECEDENTES NO JAPÃO.

Desde que se inicia o processo de modernização do país em 1868 com a Restauração Meiji, o governo japonês adota uma política de enviar trabalhadores para outras partes do mundo, de início para o sudeste da Ásia e Oceania, e mais tarde para as Américas. A pressão populacional é uma das razões para forçar a saída para fora de seu território. É o problema do acesso à terra que desloca parte da população para migrações mesmo dentro de seu território.

O crescimento demográfico se acentua em decorrência da elevação da qualidade de vida da população japonesa. Para contornar o problema do crescimento populacional e oferecer melhores condições de vida para a população, o governo empreende uma

política de expulsão, incentivando a emigração, o trabalho temporário no exterior, ou a anexação e conseqüente colonização dessas terras, como ocorre na Mandchuria e Coréia. A vinda de imigrantes para o Brasil é parte desta política:

A outra razão para o incentivo à emigração é de ordem internacional. O processo de inserção do Japão na economia mundial capitalista ocorre em meados do século XIX, mais precisamente em 1868. A entrada tardia é compensada pelo planejamento e pela aceleração do processo. Para isto, o Japão empreende uma política industrial intensiva, recrutando todos os seus recursos humanos, numa jornada que tem como objetivo colocar o país em condições de competição com as grandes potências mundiais. Não cabe aqui detalhar os passos desse processo, mas vale ressaltar os efeitos da política de modernização do país no que se refere apenas à emigração de seus habitantes.

Em 1896, a Câmara dos Deputados do Japão aprova a Lei de Proteção aos Emigrantes. A lei incentiva a emigração oficial, passando os emigrantes a ter uma legislação que os ampara e os defende. Este ponto é central para a compreensão da evolução da trajetória dos imigrantes japoneses no Brasil.

Desde o início da sua jornada para a modernização, o Japão procura se diferenciar da China e dos demais países asiáticos, perante os países ocidentais, tratando de dar ao país uma imagem de “*nação moderna e civilizada*” (YANAGUIDA & ALISAL, 1992: 61). Busca para tanto, inspiração nos países ocidentais para a constituição de seus modelos de desenvolvimento industrial e financeiro, na elaboração de sua Constituição de 1890. Essa adoção de padrões ocidentais é entendida como uma forma de dialogar em condições de igualdade com países como a Grã-Bretanha ou a França. A emigração deveria também passar por um critério de tratamento de igualdade. Desse modo, a saída de japoneses só ocorreria na condição de trabalhadores, com contratos previamente discutidos.

No entanto, para os países ocidentais, o Japão, é tal como a China, mais um país fornecedor de mão-de-obra. Nos países onde são mais numerosos, começam a emergir reações contra a presença de imigrantes asiáticos, considerados desordeiros e pouco civilizados. O fato do Japão ter vencido a guerra contra o Império Russo, em 1905, começa também a levantar o temor pelo expansionismo militar japonês. Na realidade, os japoneses são indesejáveis porque competem e começam a ocupar pequenos nichos

econômicos, incômodos às populações locais. Até esse momento, a presença do governo japonês junto aos seus emigrados ao exterior, se limita ao monitoramento dos contratos de trabalho, sem um acompanhamento mais minucioso dos acordos.

A reação contra a presença de japoneses no exterior é também decorrente da discussão europeia em torno da questão racial que está em sua plena efervescência. A miscigenação, efeito esperado para populações em contato, é mal vista pelos brancos, especialmente os norte-americanos que segregam espacialmente os japoneses em seu território.

Esse debate em torno da questão racial tem repercussões no Brasil, onde parte da elite da recém proclamada República em 1889 entende a necessidade de branqueamento da população como um ponto crucial para a conformação da nova nação. O que dizer da introdução oficial de não brancos num país onde a miscigenação entre brancos e negros é um problema para a época? Representantes da elite brasileira prevêm o mesmo problema em relação a uma possível miscigenação entre japoneses e brasileiros: o que ocorreria com a ‘raça brasileira’?

Apesar disso, desde meados do século XIX já havia surgido no Brasil uma discussão sobre a possibilidade de se trazer trabalhadores de origem asiática para o país, como substitutos dos escravos africanos, mas há oposição em vista das experiências em outras partes do mundo. Temem-se conflitos raciais. O problema da substituição da mão-de-obra escrava é resolvido com a arregimentação de imigrantes de origem europeia, particularmente os italianos e espanhóis para o centro-sul do Brasil.

III- O PRIMEIRO PERÍODO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL: 1908-1924.

1.A introdução de japoneses em discussão.

As primeiras conversações entre o governo brasileiro e o japonês para a introdução de imigrantes japoneses ocorrem no final do século XIX, quando também se inicia o diálogo diplomático entre os dois países. O Brasil apresenta reservas à vinda de imigrantes japoneses por poder contar naquele momento, com imigrantes de outras origens para preencher a necessidade de mão-de-obra para a lavoura do café. É forte

também a pressão de ordem racial contra a entrada de amarelos no país. Em 1895, é firmado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Japão, sem se estabelecer qualquer entendimento quanto à questão da imigração.

A imigração japonesa para o Brasil é pensada com maior afinco no momento em que a economia cafeeira passa a necessitar de mais mão-de-obra. Com a alta dos preços do café no mercado internacional no início do século, os cafezais paulistas expandem a sua área de cultivo.

Pelo lado do governo japonês, o Brasil é um destino que passa a interessar, já que a imigração para os Estados Unidos, Canadá, México, Peru, está se realizando com problemas. Nos anos que precedem à entrada de imigrantes japoneses no Brasil, começam a aparecer severas restrições nos Estados Unidos, Canadá e Havaí. No ano de 1908 (ano de entrada dos primeiros japoneses imigrantes no Brasil), os Estados Unidos firmam com o Japão, o *Gentlemen's Agreement*: para evitar a proibição de entrada de trabalhadores japoneses por parte dos Estados Unidos, estabelece-se que é o Japão que proíbe a saída de trabalhadores para aquele país. Apesar disso, as entradas continuam a ocorrer.

Em vista do quadro pouco promissor das saídas para o exterior, o governo japonês retoma conversações com os representantes diplomáticos brasileiros para a abertura desta corrente migratória para o Brasil. A América do Sul, com exceção do Peru, é um dos únicos destinos alternativos viáveis naquele momento, especialmente o Brasil, por ser o maior produtor de café do mundo.

2. A fase experimental: 1908-1924. Descrição.

A chegada das primeiras levas de imigrantes japoneses para o Brasil é marcada pela insegurança. Essa primeira fase, de 1908 a 1924 pode ser caracterizada como experimental porque nem os japoneses, nem especialmente os fazendeiros paulistas, estão seguros de seu sucesso. Os japoneses são mais otimistas: *“Analisando o bom resultado da imigração italiana e o clima propício desta terra, tenho a certeza de que uma política de imigração bem conduzida por ambos os governos, terá todas as possibilidades de sucesso. Com a recente proibição do Governo Italiano (1902),*

suspendendo o movimento emigratório ao Brasil, é natural que, finalmente, os emigrantes japoneses serão recebidos de braços abertos no Brasil.” (Fukashi Sugumura, Ministro das Relações Exteriores do Japão no Brasil, 1905 in REZENDE, 1991: 19- grifo meu)

Quanto aos brasileiros, as opiniões são divergentes, predominando argumentos de ordem racial. Apesar das divergências, chegam ao Brasil os primeiros navios com imigrantes japoneses, num fluxo descontínuo até 1924, sendo que o maior número ocorre em 1913, com 7.000 entradas. As oscilações nas entradas ocorrem tanto porque emigrantes japoneses continuam indo para os Estados Unidos, como também imigrantes europeus retomam as entradas em São Paulo. Entre 1908 e 1925, entram no Brasil 32.267 imigrantes japoneses, ou cerca de 6.200 famílias.

A falta de opções à emigração para outros países, alerta o governo japonês, ao longo dos anos dessa primeira fase, sobre a necessidade de uma política mais efetiva para o seu sucesso no Brasil. Era preciso evitar falhas anteriores ocorridas em outros países, assim como fiscalizar o cumprimento dos contratos com as fazendas paulistas e evitar maus tratos aos imigrantes. Há um esforço do governo japonês para que a emigração para o Brasil continuasse, e com o menor número de problemas. As críticas à presença dos japoneses são prontamente respondidas de maneira a não criar atritos com o governo brasileiro.

As reações dos japoneses perante o Brasil é de total estranhamento a tudo que os rodeia. O clima, a língua, a alimentação e, sobretudo, as condições de trabalho provocam nesses imigrantes, uma grande desilusão. No entanto, o sonho de retornar ao Japão motiva as famílias a trabalharem com afinco, apesar dos ganhos irrisórios (Sakurai, 1993). Algumas famílias conseguem fazer pequenas poupanças e se estabelecerem como agricultores independentes. A consequência é que ocorre o desligamento das fazendas de café e a queixa dos fazendeiros que cortam todos os subsídios em 1923.

3. O período experimental: balanço.

O corte nos subsídios à viagem de imigrantes japoneses por parte do governo de São Paulo poderia marcar também o fim desse fluxo para o Brasil. No entanto, é a partir

deste momento que crescem as entradas e se inicia a imigração japonesa propriamente dita, como se vê no quadro abaixo:

IMIGRAÇÃO JAPONESA AO BRASIL POR PERÍODO %

total de imigrantes	234.636	100.0%
1908- 1923	31.414	13.4%
1924-1941	137.572	67.1%
1952-1963	45.650	19.5%

Fonte: Suzuki, 1969: 16

A explicação para os números da tabela acima, quando 67.9% do total entram no Brasil no segundo período, entre 1924 e 1941, encontra-se no eixo daquilo que está sendo denominado de imigração tutelada. É por iniciativa do governo japonês que a continuidade do fluxo para o Brasil fica garantida. E não sem razão: o Japão necessita, mais do que antes, do Brasil como destino de seus imigrantes.

As reações antijaponesas continuam a crescer. A idéia de um ‘perigo japonês’, engloba todo o conjunto de preocupações em torno do Japão, Estado emergente no cenário mundial. Os interesses japoneses se chocam com os das potências ocidentais. Os ecos dessa discussão chegam ao Brasil em 1914, provenientes da Argentina e do Uruguai, tomando corpo durante a década de 1920. A presença de japoneses no convívio com os brasileiros alerta as elites locais, em vista dos acontecimentos internacionais. Em 1934, o governo brasileiro adota um sistema de cotas para a entrada de novos imigrantes.

O ponto culminante para o Japão na questão da emigração é a proibição definitiva das entradas nos Estados Unidos, em 1924. Até lá, aquele país é o destino preferencial dos japoneses, apesar do clima de hostilidade. Com a proibição, o Japão precisa buscar alternativas: nas Américas, o Peru, México, Canadá seguem o exemplo norte-americano. Restam países como a Bolívia, o Paraguai e a Colômbia que recebem pequenos contingentes. Na Oceania, os países sob protetorado inglês ou francês impedem a entrada de japoneses, até como trabalhadores temporários. O Brasil está ainda aberto, sem proibição explícita. A alternativa torna-se efetivamente o Brasil. O mesmo ano de 1924 coincide com o corte dos subsídios à viagem dos imigrantes pelo governo paulista. A partir daquele ano então, o governo japonês passa a sustentar as

vindas para o Brasil.

O interesse japonês sobre o Brasil não se deve apenas à exclusão sofrida em outros países. A abundância de terras inexploradas é o seu grande chamariz. Além de São Paulo com as lavouras de café, a Amazônia é uma possibilidade perseguida como destino. Na primeira fase até 1924, já há pedidos que o Consulado japonês adquirisse grandes lotes de terras para revendê-las às famílias imigrantes, tendência que se acentua e se realiza no período posterior, indicando por que o Japão estaria interessado em manter uma relação de tutela para com os seus emigrados no Brasil.

O Brasil e os demais países da América Latina são, para o Japão, interlocutores econômicos até aquele momento, praticamente inexplorados. O Japão estuda a possibilidade de exportar seda, enquanto que para o Brasil, ainda na fase agrário-exportadora, uma ligação mais estreita com o Japão significa a possibilidade de abertura de mercados para o café na Ásia. Em 1930, a balança comercial entre os dois países pende para o lado japonês, que exporta 2 milhões de ienes para o Brasil, e importa 1 milhão de ienes, em café, algodão, borracha e madeira. (LEÃO, 1990: 73)

IV- A IMIGRAÇÃO EM MASSA E A IMIGRAÇÃO TUTELADA: 1924-1941.

O período que vai de 1924 a 1941 é o mais significativo da imigração japonesa para o Brasil. Os subsídios do governo japonês, a partir de 1924, incrementam não apenas a vinda de novos imigrantes, como também aumentam as redes de parentes e vizinhos que vêm de todas as partes do Japão, desde províncias que já têm tradição de emigração como Kagoshima, Kumamoto e Okinawa, mas também de locais com uma tradição eminentemente urbana, como Tóquio e Osaka.

O outro fator para virem famílias de todas as partes do Japão, é o trabalho de propaganda das companhias de emigração. Agentes dessas companhias visitam autoridades locais para com a sua ajuda, convencerem as pessoas sobre as vantagens da emigração para o Brasil.

Em 1917, as companhias de emigração japonesas são todas fundidas na Companhia Ultramarina de Empreendimentos, a *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha*, a K.K.K.K.. Ela é uma empresa estatal controlada diretamente pelo governo japonês. É

uma expressão da tendência desde a época Meiji, do governo intervir, controlando os principais setores da economia. Em São Paulo, no Peru, Colômbia, Cuba, Filipinas há sedes de suas agências. A K.K.K.K. passa a exercer um papel fundamental na segunda fase da imigração no Brasil, no desempenho da função tutelar do governo japonês junto aos seus compatriotas.

O estatuto dessa Companhia prevê, além da emigração, a “...2. *gestão de colônias e seu desenvolvimento, venda e compra de bens moveis e imóveis, agricultura, pecuária, pesca, mineração, comissão mercantil e beneficiamento de produtos, armazéns geraes, empreitadas de obras de engenharia civil e arquitetônica, e outras industrias, e publicação de jornais.* 3. *organização de Companhias que tenham por fim negocios lucrativos no além-mar, ou de Companhias ou Bancos que sejam constituídos em país estrangeiro segundo sua legislação, subscrição, venda, compra e transação de títulos e ações dessas corporações*” (K.K.K.K., 1917 in Relatório da Companhia, 1934). O objetivo maior da K.K.K.K. é o de ir além da emigração. Visa se instalar no Brasil como empresa, aproveitando a quantidade de terras de que dispõe o país, para implantar a criação de colônias sob sua supervisão.

Há experiências com colônias adquiridas e administradas por japoneses desde o período anterior. Nessas terras se cultivam o arroz, café, açúcar, chá, mantêm máquinas de beneficiamento de arroz, usina de açúcar, posto zootécnico, escola, consultório médico. Introduzem também a produção de óvulos de bicho-da-seda no Brasil.

Essas colônias ganham crescente fôlego, quando o interesse japonês se manifesta com maior vigor, com o incremento do comércio, injeção de investimentos e o maior desenvolvimento de núcleos coloniais. A motivação é a existência de terras para serem exploradas, e a presença de famílias japonesas como intermediárias para a realização desses objetivos.

V A TUTELA DO GOVERNO JAPONÊS E O PROCESSO DE ASCENSÃO SOCIAL DOS IMIGRANTES JAPONESES ATÉ A II GUERRA MUNDIAL.

1. As companhias de colonização.

O período que vai de 1924 até o início da II Guerra Mundial se caracteriza pela entrada de imigrantes japoneses não contratados pelas fazendas de café, mas de espontâneos. São imigrantes que vêm para trabalhar nas terras adquiridas pela K.K.K.K. e posteriormente por outras companhias, para a formação de colônias.

A política de colonização do governo japonês em terras paulistas se torna mais explícita, quando em 1928 é fundada a Bratac- Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda.- com capital japonês. Antes, governos de províncias, como a de Nagano, já haviam fundado colônias em São Paulo. No ano anterior à fundação da Bratac, é criada no Japão, a Federação das Associações de Províncias Japonesas, a K.I.R.K., cujo presidente é o Ministro do Interior japonês, o diretor-superintendente, é um ex-embaixador do Japão no Brasil, o seu secretário é um ex-Consul-Geral do Japão em São Paulo, e um dos conselheiros é um ex-representante da K.K.K.K. (cf. MITA, 1986:28). A Federação compra 90.000 alqueires de terras no estado de São Paulo, norte do Paraná, Minas Gerais, injetando cerca de 3 milhões de ienes no empreendimento.

Os japoneses que se fixam nessas colônias chegam na condição de proprietários, muitos dos quais têm informações aprendidas em cursos preparados especialmente para formar emigrantes, antes de sua saída do Japão. Não só o Brasil recebe atenção do governo japonês nessa questão, mas outros países da América do Sul também recebem imigrantes japoneses colonizadores. Na Colômbia e na Bolívia, por exemplo, japoneses fundam colônias nos mesmos moldes das de São Paulo, apesar do número de entradas ser menor, se comparado com o Brasil. A política japonesa de colonização tem no Brasil e na Mandchuria os seus dois pontos preferenciais. Em 1929, é criado o Ministério da Colonização que passa a centralizar todas as atividades ligadas ao setor. Dois anos depois, o Japão instala um governo na Manchuria, enviando para lá, cerca de 225.000 colonizadores, coincidindo com a queda no número de entradas de japoneses no Brasil naquele ano.

Em São Paulo, apesar do interesse japonês pela formação de colônias, o número de entradas dos proprietários-colonos é bastante baixo: apenas 4% do total. (cf. SAITO, 1961: 214) O interesse dos imigrantes no Brasil ainda recai ou sobre o contrato prévio nas fazendas de café, ou no mecanismo das redes de parentes e vizinhos. Ocorre no entanto,

que os imigrantes contratados pelas fazendas de café procurando se tornar agricultores independentes, compram as terras adquiridas pelo governo japonês, deslocando-se para as colônias, o que preenche do mesmo modo, os objetivos da política de colonização japonesa.

Percebe-se no entanto, um nítido descompasso entre os objetivos das autoridades japonesas e os dos imigrantes. Pois afinal, se por um lado o imigrante deseja mais do que nunca enriquecer e voltar para o Japão, a meta das companhias de emigração, é a de fixá-los na nova terra. Não há nenhum interesse do Japão em incentivar qualquer retorno. Para fixar, o governo japonês oferece facilidades que são prontamente aproveitadas por aqueles que querem enriquecer e voltar.

Uma ilustração de como a tendência a uma fixação por um período mais prolongado no Brasil é uma decorrência da impossibilidade de enriquecimento rápido e portanto, de busca de alternativas para uma acumulação fora do contrato assalariado, pode ser deduzida do quadro abaixo: o imigrante investe a poupança do seu trabalho no Brasil, ao invés de enviar à família no Japão. O pecúlio acumulado nos anos de trabalho nos cafezais vai sendo canalizado para a ocupação autônoma na agricultura.

REMESSA DE DINHEIRO PARA O JAPÃO PER CAPITA DE IMIGRANTES JAPONESES NO BRASIL (EM IENE)

Ano	Quantia
1920	21,35
1925	28,86
1930	11,50
1931	5,50

in SAITO, 1961: 126

*"À fórmula até então vigente - a migração temporária, sucesso rápido e retorno ao país de origem -acrescentou mais uma etapa, a de **produção comercial**. Essa fórmula, descoberta pelos imigrantes depois de anos penosos de experiência, era a que corresponderia mais adequadamente às condições sócio-econômicas brasileiras"* (SAITO, 1961: 115- grifo meu).

2. A produção comercial.

A década de 1930 é propícia para a análise de como ocorreu o processo de ascensão social dos japoneses, ligada à questão do retorno e associada à busca de lucros das companhias japonesas. Uma conjunção de fatos possibilita esta caminhada para a independência econômica das famílias. Nessa trajetória, a interferência do governo japonês é relevante. No início da década de 1930, uma grande parte das famílias já têm um certo pecúlio para ser investido; e após a crise de 1929, a economia paulista necessita buscar novas opções, além do café, para a sua recuperação. O estado de São Paulo dispõe ainda de muitas áreas de terra para a exploração agrícola, especialmente aquelas próximas às estradas de ferro recém abertas (Sakurai, 1995)

Verifica-se uma mobilidade geográfica dos japoneses que está diretamente relacionada com a busca de novas oportunidades, incentivadas, orientadas e amparadas por representantes de seu país de origem. Pode-se relacionar o avanço do povoamento do estado de São Paulo, nas chamadas áreas pioneiras, com a história da imigração japonesa, e com o papel que esses agentes japoneses exercem no processo.

A história do povoamento do estado de São Paulo está relacionada com a necessidade de expansão das áreas de cultivo do café e com as ferrovias. As estradas de ferro são abertas em função dos interesses cafeeiros, e a partir delas, se irradia o povoamento. Técnicos japoneses percebem a possibilidade de tirar proveito da ferrovia como meio de escoamento da produção, pelo baixo preço das terras ainda inexploradas ao seu redor, e pela oportunidade das áreas pioneiras poderem ser retalhadas em pequenos lotes. São fatores que explicam em boa parte o processo de ascensão social acelerado dos imigrantes japoneses em São Paulo.

Para garantir uma maior eficiência, as companhias colonizadoras montam uma infra-estrutura de retaguarda, criando associações, escolas e bancos próprios. A K.K.K.K., por exemplo, funda em 1932, o Instituto de Prática Agrícola de São Paulo para formar "*instrutores nas atividades agrícolas nas colônias japonesas no Brasil.*" (K.K.K.K., 1934: 25) Em 1926, é organizada a Sociedade Japonesa de Beneficência no Brasil com o objetivo de oferecer serviços médicos aos imigrantes. Em 1932, funda-se em São Paulo a Associação dos Intérpretes, iniciada com 28 pessoas que cumprem essa função no interior de São Paulo. (KKKK 1934: 85)

Nem todos os imigrantes se dirigem às colônias do governo japonês. Há aquelas

formadas por iniciativa de lideranças locais. Apesar do apoio das autoridades japonesas, e do apoio técnico oferecido por elas, esses núcleos se desenvolvem de forma diferente. Os recursos se limitam aos dos seus integrantes, o que significa um ritmo mais lento de desenvolvimento, comparado com o tipo anterior.

Em igual condição, podem ser enumeradas as chamadas "colônias", nascidas da iniciativa dos próprios imigrantes e instituídas informalmente, ou seja, formadas em torno de famílias da mesma origem provincial, de companheiros de navio, de vizinhos nas fazendas de café. São núcleos que agregam famílias japonesas que, por conveniência ou segurança, compram ou arrendam terras próximas, a fim de levantarem uma escola para os filhos, uma associação. São as mais numerosas e nitidamente, resultado do desejo de reunir poupança para o retorno ao Japão. O tempo de permanência das famílias nessas colônias é curto, já que quando surgem possibilidades melhores, elas se mudam.

As mudanças se efetuam graças à existência de informações que se espalham entre os imigrantes, sobre terras a preços módicos, de oportunidades de novos negócios orientadas por técnicos que indicam locais com preços plausíveis para a compra, produtos viáveis à comercialização, seu desenvolvimento técnico, formas de escoamento. Todo esse trabalho é feito com o apoio de técnicos enviados pelo Consulado de São Paulo, mesmo nos núcleos coloniais organizados sem planejamento prévio. É uma outra faceta da tutela japonesa.

Na prática, pode-se perceber o quanto a política japonesa de emigração até o início da II Guerra Mundial, é eficaz para os imigrantes, para São Paulo e para os empreendimentos envolvidos.

Para os imigrantes, significa a abertura de oportunidades. Ao seguir a trajetória da maior parte das famílias imigrantes japonesas, percebe-se o quanto esta etapa é importante, especialmente na direção de mudar a maneira de encarar o Brasil, que passa a ser visto como um local de fixação, para muitos encarado como definitivo. O sonho do retorno passa para um segundo plano, quando se vislumbra que as possibilidades de ascensão social no Brasil são superiores às oferecidas no Japão, onde as condições para ser proprietário de terras são cada vez mais restritas.

O estado de São Paulo recebe a contribuição dos imigrantes japoneses com o desenvolvimento intensivo de novas culturas agrícolas, especialmente o algodão. A

policultura desponta no estado de São Paulo, especialmente após a crise de 1929. Na necessidade de diversificação da produção agrícola do estado, o algodão surge como uma alternativa. É um produto com retorno econômico mais rápido que o café, não exigindo grandes extensões de terra, e sobretudo, com mercado, tanto interno como externo, para o escoamento da produção.

A história do desenvolvimento comercial do plantio do algodão no estado de São Paulo está intimamente ligada à presença dos imigrantes japoneses nas regiões recém-desbravadas pelas estradas de ferro. Nessas áreas, as famílias contam com auxílio técnico e financeiro japoneses. Primeiro, intermediários orientam os locais para os deslocamentos, depois agrimensores e engenheiros se encarregam de estudar a divisão em lotes, agrônomos avaliam as condições de solo e clima. As companhias de colonização ou mesmo o governo japonês, através do Consulado em São Paulo, se encarregam de investir na infra-estrutura mínima para o início das atividades, percebendo-se uma vez mais, um esforço planejado e concentrado para que a produção se efetue com sucesso.

Companhias de colonização como a K.K.K.K., BRATAC e Tozan se voltam para a cotonicultura, fundando casas bancárias com a finalidade de adiantar capital para a compra de terras para os agricultores interessados, uma vez que os bancos nacionais só oferecem financiamentos para a compra de maquinários. Isto ocorre a partir de 1936. A BRAZCOT - Sociedade Algodoeira Brasil-Japão Ltda., também fundada em 1936 instala equipamentos para o beneficiamento do algodão, próximos aos locais de produção. Cuida também da importação do algodão brasileiro, investindo no cultivo, beneficiamento e escoamento da produção. 90% de toda a produção é exportada para o Japão, e o restante vendida para as fiações nacionais.

O interesse japonês na cotonicultura se deve ao fato de que há uma indústria têxtil e de fiação japonesa em desenvolvimento desde o último quartel do século XIX. A partir do final da década de 1920, verifica-se um crescimento na exportação de tecidos para os mercados asiáticos, antes fornecedores de matéria-prima para essa indústria. Uma medida protecionista do governo britânico, em 1932, restringe a importação de algodão bruto da Índia, até então a maior fornecedora do produto para o Japão. Havendo a necessidade de se buscar outros fornecedores, o Brasil se apresenta como alternativa.

Uma missão econômica japonesa vem ao Brasil em 1934 a fim de estudar as possibilidades de importação, "*esperando em compensação obter que o Japão aumentasse as suas exportações para o Brasil.*" (OESP, 10/4/35 in VIEIRA 1973: 49) A Federação Nacional das Câmaras de Comércio do Japão patrocina a vinda de empresários representativos dos maiores conglomerados têxteis do país. Essa visita ganha visibilidade, sendo notícia tanto na imprensa local quanto internacional. O *Manchester Guardian* de abril de 1935 protesta dizendo que "*a conclusão de um acordo, tal como o que o Japão cogita fazer com o Brasil, seria um fato desagradável para os Estados Unidos, onde os plantadores de algodão já sofrem com a concorrência brasileira e onde as manufaturas de algodão sofrem, por outro lado, com a concorrência japonesa.*"(cf. VIEIRA, 1973: 50) Essa visita e os seus desdobramentos, portanto, afetam o comércio internacional abrindo significativas oportunidades para a economia paulista, e para os imigrantes japoneses em particular.

O algodão traz, assim, alento para aquelas famílias que, na condição de proprietários, se deslocam da região cafeeira para as zonas das novas estradas de ferro, totalizando 32.000 famílias, responsáveis por 50% do volume de algodão produzido em São Paulo.

Outro produto cultivado independentemente é o arroz. Segundo as estatísticas de 1925, a produção de arroz nesse ano é de 250.000 toneladas, enquanto que em 1912 inexistia no rol da produção brasileira. Em 1925, o porto de Santos escoou 83.331 toneladas.(cf. NIEMEYER, 1925:16). Como se sabe, o arroz é a base da alimentação do japonês.

A produção do arroz é também interessante para os seus produtores na medida em que, a lucratividade é alta. As regiões baixas e alagadas, rejeitadas para o plantio do café, foram vendidas para a formação dos arrozais.

Verifica-se também um movimento em direção à cidade de São Paulo e arredores, onde agricultores japoneses independentes se dedicam ao cultivo de hortaliças, à avicultura e à batata. Inicia-se nessa região o sistema de cooperativas, em que pequenos produtores reúnem a sua produção. A cooperativa se encarrega da sua comercialização. Elas são organizadas pelos próprios imigrantes, sem um planejamento prévio, mas desde o início recebem financiamento e apoio técnico do Consulado japonês.

O quadro abaixo dá uma idéia do peso da presença japonesa na agricultura paulista. Indica a proporção da produção agrícola em mãos de agricultores de origem japonesa no estado de São Paulo, no ano-safra de 1931-1932:

PORCENTAGEM DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA JAPONESA NO ESTADO DE SÃO PAULO-1932

Produtos	%
café	5
arroz	8
algodão	46
feijão	5
milho	4
batata	14
casulos de bicho da seda	57
chá	75
banana	11
verduras	70
PRODUÇÃO TOTAL	29,53

Fonte: Rodrigues de Mello, 1935:47 in CARDOSO, 1995:51.

Às vésperas da II Guerra Mundial, os japoneses estão espalhados pelo estado de São Paulo, iniciando a sua fixação também nas regiões vizinhas.

A II Guerra Mundial vem a desmontar o esquema da imigração tutelada com fins econômicos, desde que o Brasil se alinha contra o Japão na guerra. As relações diplomáticas entre os dois países são cortadas em 1941, sendo os representantes diplomáticos japoneses retirados imediatamente do país. De um momento para o outro, o sistema, que até então se mostrava eficiente, se desmantela. Os anos da guerra são penosos, visto que vivem sob inúmeras restrições do governo brasileiro impostas a italianos, alemães e japoneses. Entre elas, está a proibição da compra e venda de propriedades, e a nacionalização de todas as empresas estrangeiras no país. Essas medidas têm impacto direto sobre o processo de ascensão social e econômica que havia se iniciado desde a chegada dos primeiros imigrantes japoneses. Quebra-se um sistema que estava permitindo aos japoneses, com a ajuda de seu governo, a superação das marcas da desconfiança inicial dos brasileiros, apresentando-se perante a sociedade como grupo que estava contribuindo para o desenvolvimento do seu país de recepção. A imigração tutelada do governo japonês teve assim, uma eficácia não só econômica, mas

sobretudo simbólica para os japoneses que escolheram o Brasil como destino.

VI BIBLIOGRAFIA CITADA

- CARDOSO, Ruth. (1995) **Estrutura Familiar e Mobilidade Social: Estudo dos Japoneses no Estado de São Paulo**. São Paulo, Primus Comunicação.
- KAIGAI KOGYO KABUSHIKI KAISHA. (1934) **Introdução dos Imigrantes Japoneses no Brasil e seu Orgão Instrutivo**. K.K.K.K.
- LEÃO, Valdemar Carneiro. (1989) **A Crise da Imigração Japonesa no Brasil. (1930-1934). Contornos Diplomáticos**. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.
- MITA, Chiyoko. (1986) *Bastos: Uma Comunidade Étnica Japonesa no Brasil*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais (Antropologia Social). FFLCH- USP.
- NIEMEYER, Waldyr. (1925) **O Japonez no Brasil. Uma Face de Nosso Problema Imigratório**. Rio de Janeiro, Editora Brasileira “Lux”.
- REZENDE, Tereza Hatue de. (1991) **Ryu Mizuno. Saga Japonesa em Terras Brasileiras**. Curitiba, SEEC; Brasília, INL.
- SAITO, Hiroshi. (1961) **O Japonês no Brasil. Estudo de Mobilidade e Fixação**. São Paulo, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Editora “Sociologia e Política.
- SAKURAI, Célia. (1993) **Romanceiro da Imigração Japonesa**. São Paulo, Editora Sumaré/FAPESP.
- SAKURAI, Célia. (1995) *Primeiros Pólos da Imigração Japonesa no Brasil*. in **Revista USP- Dossiê Brasil/Japão**. n. 27: 32-45.
- SUZUKI, Teiichi, (1969) **The Japanese Immigrant in Brazil- Narrative Part**, Tokyo, Tokyo University Press.
- VIEIRA, Francisca Isabel Schurig, 1973. **O Japonês na Frente de Expansão Paulista- O Processo de Absorção do Japonês em Marília, São Paulo**. São Paulo, Livraria Pioneira Editora/ Editora da Universidade de São Paulo.
- YANAGUIDA, Toshio e ALISAL, Maria Dolores Rodrigues. (1992) **Japoneses en**

America. Madrid, Editorial MAPFRE.